

VALE DO RIBEIRA

Usina de Tijuco Alto obtém licença ambiental

por Francisca Stella Fagá de São Paulo

O empresário Antonio Ermírio de Moraes esperou sete anos mas conseguiu na madrugada de sexta-feira a licença ambiental para construir a usina hidrelétrica de Tijuco Alto, no Vale do Ribeira, para suprir a Companhia Brasileira de Alumínio (CBA), do grupo Votorantim, em Mairinque, no interior do Estado de São Paulo.

Por dezenove votos favoráveis, sete contrários e uma abstenção, o Conselho Estadual do Meio Ambiente (Consema) concedeu a licença para o empreendimento, mediante a exigência de 76 medidas a serem adotadas pela CBA para reduzir o impacto ambiental do projeto. Foi uma sessão de treze horas, a mais longa reunião dos 10 anos de existência do Consema.

Sob veemente protesto do pequeno grupo de ambientalistas com assento no Consema, o secretário do Meio Ambiente, Édis Milaré, anunciou a decisão às três horas da madrugada de sexta-feira, após ter explicado que as 96 exigências feitas para a aprovação configuram "quase um

impedimento" ao projeto, tamanho o custo de sua implementação.

Nem ele nem Antonio Ermírio de Moraes souberam quantificar a pedido deste jornal o montante dos custos das medidas mitigadoras do impacto ambiental do projeto, a primeira grande intervenção da engenharia no rio Ribeira, no coração da maior porção de remanescentes de Mata Atlântica do País. Mas o empresário garantiu que fará tudo o que foi recomendado.

"Isto é um jogo de cartas marcadas", disse o ambientalista Mário Mantovani, um dos 36 membros do Consema, integrado também por 17 representantes do governo estadual que votaram em peso favoravelmente à concessão da licença.

Se foi de fato um jogo de cartas marcadas ninguém provou, embora inúmeras alusões tenham sido feitas à suspeição de membros do Consema. Mas foi sem dúvida um jogo de culpas. Os órgãos do governo estadual foram acusados de "omissão criminosa" como disse o representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Antonio Fernando Pedro, por terem negligenciado a elaboração do plano de macrozoneamento do Vale do Ribeira. O plano é uma exigência legal para nortear o processo de desenvolvimento das diversas regiões do estado a partir da análise das atividades econômicas que podem ser desenvolvidas sem comprometer a possibilidade futu-

ra de usos múltiplos dos recursos naturais. "Quem se omitiu até agora não pode aprovar à força um projeto dessa magnitude", disse o representante da OAB.

O mesmo argumento, da omissão do poder público foi utilizado pela representante das indústrias paulistas, Maria Helena Orth, diretora adjunta do departamento de meio ambiente da Federação das Indústrias de São Paulo - (FIESP), para justificar a concessão da licença à construção da usina. "A iniciativa privada não pode pagar a conta da displicência do estado", disse a este jornal.

Antonio Ermírio de Moraes sustentou em defesa do empreendimento que o Vale do Ribeira é a região mais pobre do estado e que a sistemática protelação do Consema para apreciar a sua viabilidade ambiental privou a população de ter acesso aos benefícios do desenvolvimento proporcionado pelo empreendimento. Prefeitos das principais cidades do Ribeira e centenas de pessoas da região favoráveis à construção da usina foram apoiar a sua aprovação na reunião do Consema.

Vários representantes do Movimento dos Ameaçados por Barragens (Moab), contrários ao empreendimento, também permaneceram durante as treze horas de reunião no prédio da secretaria do Meio Ambiente, no bairro paulistano do Itaim.

Os prefeitos sustentaram que a região tem um dos mais altos índices de de-

CBA expandirá geração própria

por Francisca Stella Fagá de São Paulo

A usina de Tijuco Alto deverá começar a ser construída dentro de no máximo três meses, prevê o empresário Antonio Ermírio de Moraes, superintendente do grupo Votorantim e presidente da Companhia Brasileira de Alumínio (CBA). É o tempo que ele calcula para fazer os últimos acordos para iniciar as obras e dirimir pendências do licenciamento ambiental. No Estado do Paraná, que concedeu a licença ambiental, o empreendimento deverá sofrer uma avaliação da Assembleia Legislativa estadual, segundo ele.

A CBA também precisará de algum tempo para discutir com os técnicos da Secretaria do Meio Ambiente de São Paulo detalhes sobre a implementação das medidas exigidas pelo Consema para



Antonio Ermírio de Moraes

reduzir o impacto ambiental do projeto.

A usina de Tijuco Alto foi projetada pela CBA para aumentar a geração própria de energia

consumida pela companhia, que produz 220 mil toneladas por ano de alumínio, equivalentes a cerca de 20% da produção nacional. O objetivo, segundo o empresário, é reduzir a desvantagem competitiva que a CBA tem em relação à Alcoa e à Albras, que utilizam energia subsidiada pelo governo no norte do País. Pelas suas contas, a CBA tem uma desvantagem de US\$ 240 por tonelada de alumínio produzido, por não usufruir aos mesmos subsídios e por ser obrigada a suprir mais de 50% de suas necessidades com a energia fornecida pela Eletropaulo.

A usina de Tijuco está projetada para entrar em operação daqui a cinco anos, expandindo a geração própria de energia da CBA de 1.730 milhão para 2.603 milhões de megawatts/hora. O custo do projeto está estimado em US\$ 250 milhões.

semprego do Estado de São Paulo e não pode se dar ao luxo de desperdiçar a oportunidade aberta pelo projeto de construção da usina, que no pico de atividade ao longo dos cinco anos previstos para o seu término, contará 1.500 funcionários.

EMPREGOS TEMPORÁRIOS

Mas os opositores do empreendimento sustentaram que os empregos são temporários, serão eliminados ao final da construção. A conclusão da avaliação técnica feita pela Secretaria do Meio Ambiente é de que deverá haver um saldo líquido negativo de empregos ao final da obra. Na melhor das hipóteses, de acordo com o estudo, serão eliminados 420 postos de trabalho da agricultura. No setor mineral deixariam de existir 140 empregos. Computando essas previsões e considerando que 127 empregados permaneceriam trabalhando na operação da usina após a construção, o estudo conclui que haveria uma eliminação definitiva de 80 postos de trabalho.

É por isso que uma das exigências do Consema ao aprovar o empreendimento é um plano destinado a aumentar a oferta de empregos na região.

Os ambientalistas e os representantes do Moab sustentaram que o projeto vai

eliminar os escassos postos de emprego na região para suprir a CBA em Mairinque, a 300 quilômetros de distância do Vale do Ribeira. "Não acreditamos que o projeto é a salvação para o Vale do Ribeira", disse João Paulo Capobianco, um dos ambientalistas com assento no Consema.

Capobianco sustentou

que é uma idéia antiga acreditar que apenas um megaprojeto é capaz de desenvolver uma região. "Hoje está claro que os recursos naturais podem ser explorados; claro que a grande saída para o desenvolvimento do Vale do Ribeira é a exploração racional de seus recursos naturais", disse.

Lista de 96 exigências para reduzir impactos

por Francisca Stella Fagá de São Paulo

As 96 exigências formuladas pelo Consema para conceder a licença ambiental ao projeto de construção da Usina de Tijuco Alto pela Companhia Brasileira de Alumínio (CBA), do grupo Votorantim, têm o objetivo de reduzir os impactos ambientais do projeto no Vale do Ribeira, uma das regiões de maior diversidade biológica do País e o maior remanescente da Mata Atlântica do País.

Elas incluem desde a realocação da população que mora na área a ser inundada até a apresentação de um programa destinado a preservar as cavernas naturais da região, programas de recuperação de áreas degradadas. A CBA precisará fazer estudos para viabilizar a desativação

de uma antiga mina de chumbo, a Mineração Rocha, que deixou um depósito de 40 mil metros cúbicos de rejeitos contaminados de chumbo na área a ser inundada.

O cumprimento das exigências deverá ser fiscalizado pela Secretaria do Meio Ambiente, que tem poderes para cancelar a concessão da licença caso as medidas não sejam devidamente implementadas.

Um antigo quilombo no município de Eldorado, próximo às áreas inundadas, prepara-se para adotar medidas judiciais contra o projeto por ver ameaçado o seu direito constitucional de permanecer nas suas terras, disse a este jornal José Rodrigues da Silva, representante das 98 famílias que integram o quilombo.